RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Associação, apresentados pela Direção da APSA, referentes ao exercício de 2021.

2. Foram efetuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

3. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Tudo considerado, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual, aprove o Relatório de Gestão, o Relatório de Atividades e as Contas referentes à APSA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2022

O Conselho Fiscal

Frances Christensen Rød Gonçalves da Silva

Mário Vitor da Silva Nascimento

Maria Teresa Feliz

Relatório de Gestão – Exercício de 2021

Caros Sócios,

Foi mais um ano marcado pela pandemia que assola o país e o mundo, com impactos tremendos em todas as atividades e organizações, pelo que a APSA não escapou, tendo de se adaptar a esta nova realidade, para poder cumprir a sua missão.
No Relatório de Atividades, documento que faz parte da informação disponibilizada aos associados, especifica e pormenoriza com rigor, tudo o que foi feito ao longo do ano de 2021.
Este Relatório versa, fundamentalmente, dar uma visão sucinta do que aconteceu em termos económicos no exercício, e analisar e perspetivar a situação económica e financeira da APSA.

Atividade Económica – 2021

No que respeita às despesas as mesmas mantiveram-se dentro do orçamentado, com um ligeiro aumento nas despesas com pessoal (+ 2,9%), fruto da atualização salarial e pagamento de retroativos relativos ao ano anterior, o mesmo se passou com os Fornecimentos e Serviços Externos em que o acréscimo não chegou a 2%.
No que respeita às receitas estáveis e correntes, prestações de serviços a utentes, e comparticipação da Segurança Social, não obstante todas adversidades já atrás referidas, foi possível que as mesmas tivessem crescido 6,1% e 3,6% respetivamente (Prestações de Serviços e Vendas & Segurança Social), tendo para tal contribuído um grande esforço e competência de toda a organização.
Relativamente às outras receitas, não contratualizadas (donativos, consignação de IRS, projetos) portanto voláteis e incertas, as mesmas tiveram uma redução de 52.000€, quebra de 25% relativamente a 2020.
Este tipo de receitas, que em 2020 teve um peso de 40% no total das receitas, passou a ter um peso de 32,3%.
Em virtude deste desvio, o exercício foi negativo, tendo sido gerado um prejuízo de 23.273,48 euros, valor este que a Direção propõe seja transferido para a Conta Resultados Transitados.
Com este desempenho económico negativo, foi interrompido o processo de redução do endividamento bancário que vinha sendo conseguido, uma vez que no final de 2021, esse indicador subiu cerca de 1% em relação a 2020, cifrando-se em 244.000 euros.

Perspetivas para 2022

Com custos de estrutura rígidos a APSA tem uma diminuta capacidade para fazer crescer substancialmente as receitas correntes estáveis. Não obstante, a APSA tem um processo em curso junto da Segurança Social para alargamento da resposta social CACI, o que pode permitir o aumento da comparticipação da segurança social.
A APSA mantém uma grande dependência das restantes receitas, voláteis e incertas, que financiam entre 32% a 40% do seu orçamento anual.
Com a evolução negativa, nomeadamente no que concerne a Donativos de Particulares e Empresas, outras formas de cobertura financeira terão de ser encontradas, para que a missão não seja colocada em causa, bem como a necessidade de redução do endividamento financeiro, uma vez que é previsível que as taxas de juros venham a ter incremento substancial já em 2022, o que terá um impacto negativo na APSA e dificultará a concretização do objetivo, redução de financiamento bancário, que está contratualizado.

Agradecimentos

A Direção da APSA não pode deixar de agradecer ao Montepio pelo apoio financeiro e aconselhamento financeiro que prestou, ao Conselho Fiscal pela prestimosa colaboração e disponibilidade sempre manifestada, a todos os colaboradores que em âmbito tão hostil conseguiram que a missão APSA fosse concretizada, e a todos os Pais que confiaram os seus filhos e aderiram ao projeto APSA.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2022

A Direção da APSA

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt

APSA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO SINDROME DE ASPERGER

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS 2021	EXERCÍCIOS 2020
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	902 278,51	931 210,34
Activos fixos Intangíveis	5	490 000,00	507 500,00
Investimentos financeiros	6	6 672,68	6 411,04
		1 398 951,19	1 445 121,38
Activo corrente:			
Clientes	7	1 087,50	10 210,10
Outras contas a receber	8	10 927,53	11 622,40
Diferimentos	9	5 016,32	3 074,62
Caixa e depósitos bancários	10	64 996,25	23 194,72
		82 027,60	48 101,84
Total do Activo		**1 480 978,79**	**1 493 223,22**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Resultados transitados	11	25 830,06	7 090,96
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1 104 351,57	1 141 050,06
		1 130 181,63	1 148 141,02
Resultado líquido do período		(23 273,48)	18 739,10
		1 106 908,15	1 166 880,12
Total dos fundos patrimoniais		**1 106 908,15**	**1 166 880,12**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	13	236 730,07	181 476,98
		236 730,07	181 476,98
Passivo corrente:			
Financiamentos obtidos	13	72 070,90	82 683,12
Fornecedores	14	2 996,05	3 447,07
Estado e outros entes públicos	15	11 402,19	10 062,08
Outras contas a pagar	16	50 871,43	48 673,85
		137 340,57	144 866,12
Total do passivo		**374 070,64**	**326 343,10**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**1 480 978,79**	**1 493 223,22**

O Contabilista Certificado

A Direcção

APSA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO SINDROME DE ASPERGER

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	195 671,14	184 503,83
Subsídios, doações e legados à exploração	18	288 183,05	335 771,53
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-	(238,44)
Fornecimentos e serviços externos	20	(141 969,72)	(139 262,24)
Gastos com o pessoal	21	(360 449,53)	(350 546,54)
Outros rendimentos e ganhos	22	50 832,57	52 771,25
Outros gastos e perdas	23	(729,41)	(794,11)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31 538,10	82 205,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(46 431,83)	(53 684,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(14 893,73)	28 520,50
Juros e rendimentos similares obtidos		9,49	
Juros e gastos similares suportados	24	(8 389,24)	(9 781,40)
Resultado antes de impostos		(23 273,48)	18 739,10
Resultado líquido do período		**(23 273,48)**	**18 739,10**

O Contabilista Certificado

A Direcção

APSA - ASSOC. PORTUGUESA DO SINDROME DE ASPERGER

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 — Valores em euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		205 003,74	174 293,73
Pagamentos de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(142 420,74)	(139 384,40)
Pagamentos ao pessoal		(360 449,53)	(350 546,54)
Caixa gerada pelas operações		**(297 866,53)**	**(315 637,21)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		392 609,81	348 110,03
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**94 743,28**	**32 472,82**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			(1 217,70)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		(1 300,24)	(1 326,34)
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		350,00	800,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 038,60	
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		88,36	(1 744,04)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		470 359,13	307 500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(515 000,00)	(336 124,28)
Juros e gastos similares		(8 389,24)	(11 843,32)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros intrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(53 030,11)	(40 467,60)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		41 801,53	(9 738,82)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		23 194,72	32 933,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**10**	64 996,25	23 194,72

O Contabilista Certificado

A Direcção

apsa

Associação Portuguesa
de Síndrome de Asperger

Contas 2021

Anexo
ao Balanço,
à Demonstração de Resultados do Exercício
e à Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2021

Sede
Arruamento à Travessa da Granja, nº 1
1500-335 Lisboa

1. Introdução

A APSA, com o NIF: 506 596 150, tem o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Exerce a sua atividade Associativa no apoio à integração social de pessoas com Síndrome de Asperger.
Promove respostas sociais, para Jovens/Adultos maiores de 16 anos com Síndrome de Asperger enquadrada nas perturbações do espetro do autismo e que tem como objetivo promover a sua autonomia e a transição para programas adequados de integração socioprofissional.
Tem um Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP/Centro Distrital de Lisboa, para a resposta social: Centro de Atividades Ocupacionais (CAO). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros e foram aprovadas em reunião de Direcção no dia 14 de fevereiro de 2022.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento
As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do ESNL (Entidade Sector Não Lucrativo) e respetivas NCRF (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro).
As bases de preparação das demonstrações financeiras respeitam o pressuposto da continuidade da entidade, do regime do acréscimo, reconhecendo-se como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos. Consistência na apresentação e classificação das demonstrações financeiras, materialidade e agregação em classes de acordo com a sua natureza ou função. Os ativos, passivos, rendimentos e gastos no relato financeiro não são compensados, excepto quando tal é permitido por uma NCRF.
As contas do Balanço e Demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

3.1 Ativos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo. As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, do Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.
O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento. As taxas de depreciação usadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

Ativo fixo tangível	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

3.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.
As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos mesmos.
A taxa de amortização utilizada corresponde ao período de vida útil estimada que coincide com o prazo de concessão do direito de superfície, cujo término ocorrerá em 2050. As vidas úteis e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt

3.3 Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da APSA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (caso exista).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade".

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – P FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às caraterísticas do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indeminização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro. O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT está mensurado nas contas pelo custo.

3.5 Doações

As doações não reembolsáveis, relacionadas com ativos fixos tangíveis e intangíveis, devem ser inicialmente reconhecidas nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputadas numa base sistemática como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.

3.6 Rendimento

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber. O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo valor do montante a receber.

3.7 Financiamentos obtidos

Encontram-se mensurados pelo valor dos empréstimos (custo) à data do balanço.

3.8 Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.9 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.10 Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos».

4. Ativos fixos tangíveis

Divulgações gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da **valorização das várias classes** de ativos fixos tangíveis.

Valorização das várias classes

Classe de Ativos \ Valores Apurados		Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAIS
Início do Período	Valor bruto escriturado	1.126.425,49	62.767,06	63.913,40	3.657,06	1.256.763,01
	Depreciações acumuladas + perdas por imparidade	(197.124,46)	(62.767,06)	(63.101,19)	(2.559,96)	(325.552,67)
Período	Aquisições no exercício	--	--	--	--	--
	Abates/regularização de depreciações	--	1.650,00	--	--	1.650,00
	Abates/regularizações	--	(1.650,00)	--	--	(1.650,00)
	Depreciações do período	(28.160,64)	--	(405,49)	(365,70)	(28.931,83)
Fim do Período	Valor bruto escriturado	1.126.425,49	62.767,06	63.913,40	3.657,06	1.256.763,01
	Depreciações acumuladas	(225.285,10)	(62.767,06)	(63.506,68)	(2.925,66)	(354.484,50)
	Saldos Finais	**901.140,39**	**0,00**	**406,72**	**731,40**	**902.278,51**

Restrições de titularidade, ativos dados como garantia de passivos e compromissos contratuais assumidos

O investimento é realizado na "Casa Grande", um edifício pertencente à CML sito na Quinta da Granja de Baixo, Benfica, Lisboa, que foi cedido à APSA, a título gratuito, por constituição do direito de superfície, por 20 anos renováveis por igual período.

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt

5. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Classe de Ativos \ Valores Apurados		Direito de superfície	Total
Início do Período	Valor bruto escriturado	542.500,00	542.500,00
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	(35.000,00)	(35.000,00)
Período	Aquisições /reconhecimentos	--	--
	Abates/regularizações	--	--
	Amortização do período	(17.500,00)	(17.500,00)
Fim do Período	Valor bruto escriturado	542.500,00	542.500,00
	Amortização acumulada	(52.500,00)	(52.500,00)
Saldos Finais		**490.000,00**	**490.000,00**

Na rúbrica de "Ativos intangíveis" está contemplado o direito de superfície sobre o edifício onde a APSA tem as suas instalações.

A 23 de junho de 2010, foi celebrada uma escritura com a Câmara Municipal de Lisboa referente à constituição do direito de superfície sobre o prédio urbano denominado "Casa Grande", sito na Quinta da Granja de Baixo, em Lisboa, a favor da APSA. O Município cedeu à Associação o direito de utilização deste edifício, a título gratuito, por um período de 20 anos, renovável por igual período. O direito de superfície está sujeito ao cumprimento de algumas obrigações por parte da APSA e da Câmara Municipal de Lisboa, conforme cláusulas da referida escritura. Uma dessas contrapartidas correspondia às obras de reabilitação da Casa Grande, que foram realizadas pela APSA e estão reconhecidas em Ativos Fixos (nota 4).

6. Investimentos financeiros

O valor considerado nesta rubrica respeita essencialmente à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho, representado por 6.158,40811 UPS.

7. Clientes

O valor constante nesta rubrica refere-se a valores a receber de utentes.

8. Outras contas a receber

Os valores constantes nesta rubrica discriminam-se como segue:

	2021	2020
Câmara Municipal de Lisboa	10.000,00	10.000,00
Segurança Social Adaptar	811,20	1.622,40
Cartão Bus Trade	116,33	--
Total	**10.927,53**	**11.622,40**

9. Diferimentos

O valor de 5.016,32 euros refere-se a seguros, domínio do site e outros valores liquidados cujo período de cobertura se reporta ao ano 2022.

10. Caixa e depósitos bancários

Os montantes considerados nesta rubrica discriminam-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Caixa	263,31	816,10
Depósitos à Ordem	1.732,94	22.378,62
Depósitos a prazo	63.000,00	--
Total	**64.996,25**	**23.194,72**

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt

11. Resultados transitados

Demonstra-se como segue os movimentos desta conta:

Resultados transitados	2021	2020
Saldo inicial	7.096,96	(54.708,53)
Aplicação dos resultados exercício anterior	18.739,10	61.799,49
Saldo Final	**25.830,06**	**7.090,96**

12. Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica refere-se aos subsídios ao investimento que foram objeto de reconhecimento nos seguintes montantes:

Subsídios ao Investimento	2021	2020
Saldo inicial	1.141.050,06	1.182.693,85
Valor utilizado na compensação das depreciações (a)	(19.198,49)	(24.143,79)
Valor utilizado na compensação das amortizações (b)	(17.500,00)	(17.500,00)
Saldo Final	**1.104.351,57**	**1.141.050,06**

(a) Ativos fixos tangíveis
(b) Ativos fixos intangíveis

Discriminação das entidades - subsídios investimento

Entidade	Valor no início do período	Valor utilizado depreciações	Valor final
Subsídios de investimento			
Fundação PT	37.158,85	(1.126,03)	36.032,82
Fund. Calouste Gulbenkian	37.158,85	(1.126,03)	36.032,82
Fundação EDP	14.863,55	(450,41)	14.413,14
POPH-IGFSS	213.05,42	(6.469,85)	207.035,57
POPH-OSS	208.442,04	(6.316,42)	202.125,62
C. Sol. Social do BES	37.185,85	(1.126,03)	36.032,82
Prémio CEPSA	7.228,89	(219,06)	7.009,83
Fundação Millennium	40.874,75	(1.238,63)	39.636,12
Fundação Caixa Fâ – CGD	22.295,31	(675,62)	26.619,69
Fundação Montepio	14.863,55	(450,41)	14.413,14
Direito de superfície			
Camara Municipal de Lisboa	507.500,00	(17.500,00)	490.000,00
Total	**1.141.050,06**	**(36.698,49)**	**1.104.351,57**

13. Financiamentos obtidos

Financiamentos obtidos no final do ano transato é subdividido nos seguintes montantes:

Rúbricas	2021	2020
Crédito ao Investimento, passivo não corrente a mais de 1 ano	136.730,07	181.476,98
Crédito ao Investimento, passivo corrente a menos de 1 ano	44.570,90	42.683,12
Crédito em Conta Corrente, passivo corrente a menos de 1 ano	27.500,00	40.000,00
Linha de crédito sector social – Covid-19 não corrente	100.000,00	
Total	**308.800,97**	**264.160,10**

Crédito ao Investimento - Este financiamento tem as seguintes taxas de desempenho: um contrato mútuo hipoteca com a taxa anual nominal (TAN) de 4,155 % que resulta da taxa Euribor a 6 (seis) meses acrescida de um "*spread*" de 4,3% e um outro contrato de mútua hipoteca com a taxa anual nominal (TAN) de 3,893 % que resulta da taxa Euribor a 6 (seis) meses acrescida de um "spread" de 4,1 %; ambos os contratos têm como garantia a hipoteca do imóvel

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt

designado "Casa Grande", em Benfica, Lisboa. E ainda, um contrato de crédito em conta corrente com a taxa anual nominal (TAN) de 3,793 % que resulta da taxa Euribor a 6 (seis) meses acrescida de um "*spread*" de 4,0%. Os pagamentos a ocorrer em 2022 do crédito ao investimento e respetivos encargos ascendem a cerca de 44.570,90 euros.
Linha crédito Covid-19 – Este financiamento contratado a 60 meses, com a taxa anual nominal (TAN) de 1,500 %, à taxa da Euribor com um "*spread*" de 1,5%, e tem carência de amortização de capital de 18 meses e foi contratado

14. Fornecedores

O montante referente à rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Fornecedores em Conta Corrente	2.996.05	3.447,07
Total	**2.996,05**	**3.447,07**

15. Estado e outros entes públicos

Os valores a liquidar de impostos discriminam-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Retenções de IRS	3.497,45	3.027,25
IVA a pagar	623,64	297,50
Taxa Social Única	7.151,94	6.584.25
Fundo de Garantia Compensação de Trabalho	129,16	153,08
Total	**11.402,19**	**10.062,08**

Não existem dívidas ao Estado e a outros entes públicos em situação de mora.

16. Outras contas a pagar

Os valores referentes a outras contas a pagar detalham-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Remunerações a pagar	46.634,90	44.766,28
Fornecedores investimentos	3.756,41	3.756,41
Outros credores	480,12	151,16
Total	**50.871,43**	**48.673,85**

O valor das remunerações a pagar refere-se às férias e subsídio de férias de 2021 a pagar em 2022.

17. Vendas e serviços prestados

Os valores considerados nestas rúbricas discriminam-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Vendas	2.591,77	1.987,33
Prestações de Serviços		
Candidaturas	75,00	75,00
Mensalidades	93.434,36	93.144,43
Ateliês e Serviços	83.679,32	72.394,44
Quotizações	6.430,00	7.240,00
Promoção Captação Recursos	3.275,00	3.257,00
Comparticipação despesas	2.915,41	3.315,63
Serviços patrocinados programa empregabilidade	2.125,00	
Outros Serviços	1.145,28	3.090,00
Total	**195.671,14**	**184.503,83**

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt

18. Subsídios doações e legados à exploração

Os valores considerados nesta rubrica apresentam-se como segue:

Entidade	2021	2020
Instituto Gestão Financeira Acordo de Cooperação – CAO (a)	131.758,92	127.180,68
Adaptar Mais	--	1.622,40
IEFP	7.430,08	11.065,41
Câmara Municipal de Lisboa	50.000,00	50.000,00
Donativos Entidades Particulares	9.329,13	19.961,71
Donativos Empresas	39.820,95	71.390.97
Donativos em espécie	168,60	61,50
Do Estado – Consignação 0,5% IRS	49.675,37	54.488,86
Total	**288.183,05**	**335.771,53**

(a) Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP / Centro Distrital de Lisboa, respeitante ao CAO.

19. Custo mercadorias e matérias consumidas

O valor constante nesta rúbrica refere-se matérias consumidas, géneros alimentares.

20. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos referentes a fornecimentos e serviços externos discriminam-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Subcontratos	14.982,52	10.552,27
Serviços especializados	88.537,47	92.492,19
Materiais	9.205,20	11.547.39
Energia e fluidos	16.167,66	14.350,32
Deslocações, estadas e transportes	5.372,35	3.282,22
Serviços diversos	7.704,52	7.037,85
Total	**141.969,72**	**139.262,24**

21. Despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal discriminam-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Remunerações Funcionários	289.698,64	287.575,16
Encargos sobre Remunerações	65.989,85	59.758,83
Seguros de Acidentes no Trabalho	2.267,03	2.680,01
Outros Gastos com Pessoal	2.494,01	532,54
Total	**360.449,53**	**350.546,54**

22. Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica discrimina-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Imputação subsídio investimentos	19.198,49	24.143,79
Imputação direito de superfície	17.500,00	17.500,00
Apoio financeiro INR	13.719,07	10.105,60
Alienação de ativos	350,00	800,00
Outros	65,01	221,86
Total	**50.832,57**	**52.771,25**

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt

O valor proveniente da imputação do subsídio para investimentos é resultante da quota-parte proporcional dos subsídios afetos aos investimentos como compensação das depreciações consideradas no exercício. O valor referente à imputação do direito de superfície corresponde à quota-parte do valor reconhecido neste exercício no ativo intangível, como referido na nota 5.

23. Outros gastos e perdas

Os gastos referentes a fornecimentos e serviços externos discriminam-se como segue:

Rúbricas	2021	2020
Impostos	--	191,95
Outros / quotizações / multas	729,41	602.16
Total	**729,41**	**794,11**

24. Juros e gastos similares suportados

Esta conta representa os juros de financiamento respeitantes ao exercício referentes aos empréstimos concedidos pelo Montepio Geral.

25. Benefícios dos empregados

O número de colaboradores a 31 de dezembro de 2021 era de 20, em 2020 de 19, sendo que também se recorre a voluntários para alguns trabalhos, cujos encargos se limitam a subsídios de almoço e de transporte.

26. Acontecimentos subsequentes

O surto Covid 19, classificado como Pandemia pelo Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, continuou a propagar-se em várias variantes, assolando toda a economia, e ainda no final do ano transato foram tomadas medidas governamentais de controlo para combater a pandemia, com o encerramento e condicionamento de vários ramos de atividade que se prolongaram para o início deste ano.
Obedecendo a orientações da Direção-Geral da Saúde e da Segurança Social, foram suspensas as atividades em regime presencial da Casa Grande, a 19 de janeiro de 2021. No entanto, continuámos a apoiar os Jovens e suas Famílias através de videochamada. A reabertura da Casa Grande, para atividades presenciais, ocorreu a 19 de abril de 2021.
Terminamos o ano de 2021 desconhecendo qual será a evolução futura da pandemia. No entanto, tendo em conta o modo como jovens e famílias se adaptaram às mudanças, estimamos que o número de Jovens inscritos se mantenha, não pondo em causa a continuidade da nossa atividade.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado
António Oliveira Gomes
TOC nº 14009

A Direção

www.apsa.org.pt
geral@apsa.org.pt